

DIMENSÕES

Revista de História da Ufes

PORTUGAL E JAPÃO NO SÉCULO XVI: ENCONTROS E DESENCONTROS NO PROCESSO CIVILIZADOR

*Portugal and Japan in the 16th century: encounters and disconnects in the
Civilizing Process*

Willian Carlos Fassuci Larini¹

Célio Juvenal Costa²

Sezinando Luiz Menezes³

Resumo: O artigo discute o princípio do processo de interação entre lusitanos e japoneses no século XVI a partir das concepções sociológicas de Norbert Elias, referindo-se principalmente à ideia essencial do autor, por ele designada como o “Processo Civilizador”. Utilizamos, por fonte, distintos escritos relacionados ao início da presença dos europeus no Japão no período das grandes navegações, entre eles as missivas redigidas pelo missionário Francisco Xavier da Companhia de Jesus, o segmento de um texto japonês e um escrito do comerciante português, cognominado de Jorge Alvares. De igual modo, temos por base documental o escrito de Erasmo de Rotterdam, utilizado por Norbert Elias, em que Rotterdam discorre sobre o processo de refinamento comportamental na Europa Moderna. Ao versar sobre as minúcias presentes nos hábitos das populações europeias, Elias foi capaz de identificar um processo de ampla mudança civilizacional na Europa Ocidental.

Palavras-chave: Japão; Portugal; Processo Civilizador.

Abstract: The article discusses the beginning of the process of interaction between Lusitanians and Japanese in the 16th century from the sociological conceptions of Norbert Elias, referring mainly to the author's essential idea, designated by him as the “Civilizing Process”. We used as a source, different writings related to the beginning of the presence of Europeans in Japan in the period of the great navigations, among them the missives written by the missionary Francisco Xavier da Companhia de Jesus, a Japanese text and one written by the Portuguese merchant, Jorge Alvares. Likewise, we have as a documentary basis the writing by Erasmus of Rotterdam used by Norbert Elias, in which Rotterdam discusses the process of behavioral refinement in Modern Europe. By talking about the details present in the habits of European populations, Elias was able to identify a process of broad civilizational change in Western Europe.

Keywords: Japan; Portugal; Civilizing Process.

¹ Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Atualmente bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante desde 2014 do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Endereço de e-mail: wcarloslarini92@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0110-9126>.

² Doutor em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Cofundador e integrante do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Endereço de e-mail: celiojuvenalcosta@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1226-7805>.

³ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Docente do Programa de Pós-Graduação em História (PPH) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Cofundador e integrante do Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Endereço de e-mail: slmenezes@uem.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1518-0783>.



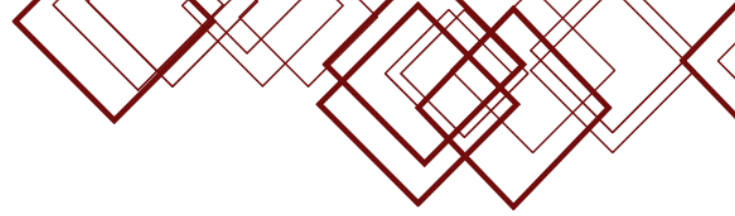
Introdução

O presente artigo tem por objetivo abordar o início do contato dos lusitanos com os japoneses no século XVI, a partir dos conceitos originados em algumas das obras do sociólogo alemão Norbert Elias, sobretudo, da análise em relação às modificações de atitudes definidas por ele como sendo o “Processo Civilizador”, bem como das noções teóricas desenvolvidas pelo pensador referente à sociedade, à constituição das pessoas em distintas coletividades e à etiqueta, presentes nas suas obras: *A Sociedade dos Indivíduos* e *A Sociedade de Corte*. No desenvolvimento deste texto, faremos menção a um fragmento de um escrito redigido por um monge budista no século XVI, em que é aludido o primeiro contato entre os europeus e os nipônicos em uma das ilhas do Japão. Da mesma forma, examinaremos segmentos da exposição textual feita por um comerciante lusitano, conhecido por Jorge Álvares, que visitou uma área do arquipélago nipônico, narrando sob a sua ótica, o que havia conhecido no país asiático. Ademais, referenciaremos fragmentos das cartas escritas pelo missionário Francisco Xavier, que foi um dos primeiros clérigos a se aventurar como missionário no Japão.

249

No primeiro volume de uma das obras centrais de Elias, denominada *O Processo Civilizador*, é mencionado pelo autor, no prefácio, que o seu livro “tem como tema fundamental os tipos de comportamento considerados típicos do homem civilizado ocidental” (1994, p. 13). De igual modo, o sociólogo afirma que os indivíduos do Ocidente não tinham os mesmos hábitos atribuídos às pessoas que são tidas como civilizadas na contemporaneidade (ELIAS, 1994).

De acordo com Elias (1994, p. 13), caso “um homem da atual sociedade civilizada ocidental fosse, de repente, transportado para uma época remota de sua própria sociedade, tal como o período medievo-feudal, descobriria nele muito do que julga ‘incivilizado’ em outras sociedades modernas”. Tal afirmação do autor é relevante, principalmente se partirmos do pressuposto de que o período medieval já fora retratado em muitas obras culturais como: romances históricos; filmes e séries de televisão. Podemos presumir, no entanto, que os comportamentos dessa época se manifestam em algumas criações culturais de forma menos agressiva, visando maior aceitabilidade ao público que as consome. José Alberto Baldissera (2009, p. 131), em seu artigo, aborda sobre as obras cinematográficas referentes ao período medieval afirmando que se decorre “[...] uma visão romântica e idealizada da Idade Média, que nos remete a um olhar romântico sobre a mesma em oposição àqueles que a detratam como uma época de violência, de peste e de guerras”.



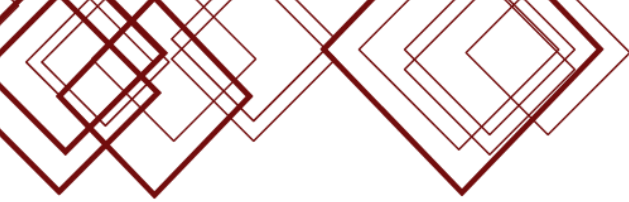
O sociólogo alemão procura investigar de que forma aconteceu o “processo ‘civilizador’ do Ocidente? Em que consistiu? E quais foram suas causas ou forças motivadoras? [...]” (ELIAS, 1994, p. 13). O autor analisa especialmente o requinte de comportamento das nações francesa, inglesa e alemã. Um dos pontos centrais do estudo eliasiano é evidenciar de que maneira as práticas comportamentais, inerentes ao patriciado, seriam reproduzidas gradualmente por extratos sociais mais baixos. Contudo, demonstra como tal processo não se sucedeu de forma homogênea nesses distintos países. Eventualmente, o enfoque é voltado exclusivamente para a Europa, no entanto, como ele próprio indica em seus estudos, não é inverossímil que tal processo de refinamento comportamental possa ter ocorrido, mesmo que de forma diferenciada, em outras nações não pertencentes ao continente europeu. No segundo volume do seu *Processo Civilizador*, ao discorrer sobre o apaziguamento dos grupos belicosos na Europa, Elias alude rapidamente sobre a circunstância do processo civilizador na Ásia Oriental: “Não só no processo civilizador ocidental, mas também em outros, como no da Ásia Oriental, a modelação que o comportamento recebe nas grandes cortes, nos centros administrativos dos monopólios decisivos de tributação e força física, reveste-se de igual importância” (ELIAS, 1993b, p. 216).

250

Neste artigo, o nosso interesse estará voltado, primordialmente, para o padrão comportamental dos japoneses no século XVI. Pretendemos examinar, a partir das fontes a que temos acesso, a forma como os portugueses enxergavam diferentes aspectos da sociedade nipônica, e como algumas particularidades da civilização japonesa daquela época puderam atestar que alguns segmentos da população detinham em seus hábitos, requintes e complexidades semelhantes aos dos povos europeus examinados por Norbert Elias em seus estudos.

O contato inicial entre Portugal e Japão e o esmero comportamental no uso de hashis na sociedade japonesa.

O pesquisador brasileiro José Yamashiro (1989), em um dos segmentos da sua obra intitulada: *Choque Luso no Japão dos séculos XVI e XVII*, apresenta um fragmento de um escrito do século XVII denominado *Teppô-ki* (traduzido para o português como Crônica da Espingarda), redigido por um religioso japonês do budismo, que indica como se deu a primeira



visitação dos mercadores lusitanos, próximo da metade do século XVI, em uma localidade do Japão:

A 25 de agosto do ano 12 da era Tenbun (23 de setembro de 1543 do Calendário solar), chegava à estreita enseada da aldeia Nishino-mura de Tanegashima um grande e estranho navio com mais de cem pessoas a bordo. Seus tripulantes, cujas fisionomias eram desconhecidas (dos japoneses), falavam uma língua completamente incompreensível. Felizmente encontrava-se entre os passageiros um chinês de nome Gobô (leitura japonesa) que conversou por meio de escrita (japoneses e chineses cultos se entendem por meio de ideografias, embora as duas línguas sejam completamente diferentes), com o chefe da aldeia Oribenjoê que sabia ler. Como resultado soube-se que se tratava de mercadores *nanban* (bárbaros do Sul). Constatou-se que eles conheciam mais ou menos as normas que regulam as relações entre senhor e vassallos, mas ignoravam as etiquetas e boas maneiras, não usavam os hashi para comer, comiam com as mãos. O chefe da aldeia aconselhou os visitantes a se dirigirem com seu barco a Akaogi, na mesma ilha e relatou o fato ao senhor da ilha, Tokitaka Tanegashima” (In: YAMASHIRO, 1989, p. 89-90).

Dentre as informações presentes no fragmento do escrito, o que se torna mais pertinente para nós, neste estudo, é o fato de que os japoneses inicialmente enxergavam os portugueses como pessoas grosseiras, principalmente pela forma como se alimentavam. Armando Martins Janeira (1988, p. 32), ao discorrer sobre o princípio da interação entre lusitanos e japoneses, faz referência ao Teppô-ki e a um fragmento de um escrito redigido por um comandante local japonês, na segunda metade do século XVI, comprovando “Por estes dois exemplos [...] que os Japoneses não tiveram impressão favorável das aparências da civilização dos Portugueses [...]”. Luís Felipe Thomaz (1993, p. 63) faz referência ao fato de que os japoneses, no século XVI, julgavam que os lusitanos “[...] tinham hábitos verdadeiramente bárbaros, como o de comer sem pauzinhos”.

A maneira de se alimentar de uma população pode parecer um detalhe banal, mas partindo das concepções de Norbert Elias, tal comportamento pode revelar um processo mais complexo. No primeiro volume da sua obra *O Processo Civilizador*, ele demonstra por meio de “[...] séries de exemplos [...] como, no curso de séculos, o padrão de comportamento humano, na mesma ocasião, muda muito gradualmente em uma direção específica” (ELIAS, 1994, p. 14). Em conformidade com o segundo volume, denominado *O Processo Civilizador – Formação do Estado e Civilização*, o autor suscita uma análise macroestrutural, abordando como decorreu a transformação civilizacional em parte da Europa. No primeiro volume, o destaque é para a psicogênese e no segundo volume, a sociogênese da Sociedade de Corte europeia, que é a instituição que representou o processo civilizador ocorrido até o século XVIII.



No primeiro volume de *O Processo Civilizador*, como um dos elementos que compõe a mudança comportamental, Elias faz um questionamento interessante referente à utilização de um utensílio de mesa, conhecido por garfo:

Por que é mais civilizado comer com o garfo?
“Porque é anti-higiênico comer com os dedos.” Isto parece convincente. Para nossa sensibilidade, é anti-higiênico se diferentes pessoas põem os dedos no mesmo prato, porque há o perigo de contágio de doenças através de contatos com elas. Parece que todos tememos que os outros estejam doentes.
A explicação, porém, não satisfaz inteiramente. Hoje não comemos em pratos comuns. Todos levam à boca comida que tiraram do próprio prato. Pegá-la no próprio prato com os dedos não pode ser mais anti-higiênico” do que levar à boca com os dedos um pedaço de bolo, de pão, de chocolate, ou qualquer outra coisa.
Neste caso, por que precisamos realmente de garfo? Por que é “bárbaro” e “incivil” levar à boca com a mão a comida tirada do próprio prato? Porque é repugnante sujar os dedos ou, pelo menos, ser visto em sociedade com os dedos sujos. A eliminação do ato de comer com a mão do próprio prato pouco tem a ver com o perigo de contrair doença, a chamada explicação “racional”. Estudando nossos sentimentos em relação ao ritual do garfo, podemos ver com especial clareza que a primeira autoridade em nossa escolha entre comportamento “civilizado” e “incivil” à mesa é o nosso sentimento de repugnância. (ELIAS, 1994, p. 132-133).

Indubitavelmente, na visão de Elias (1994, p. 133), o caso acima descrito, juntamente com outras modificações de práticas habituais, que se decorreram entre diferentes períodos na Europa, acaba revelando “[...] uma mudança na estrutura de impulsos e emoções”. Se determinados atos relativos à higiene e à alimentação se tornaram gradualmente repulsivos para os povos de distintas nações ocidentais, é interessante ressaltar que no século XVI, em um país completamente afastado da realidade europeia, determinado tipo de comportamento, realizado pelos europeus, não era bem visto pelos japoneses que utilizavam utensílios para fazer as suas refeições. É necessário considerar que, tendo por referência as obras de Elias, ainda no século XVI, diferentes povos da Europa passavam por um processo de transição no que se referia a um maior esmero nos costumes diários. No segundo volume do *Processo Civilizador*, Elias (1993b, p. 245-246) alude ao século XVI e afirma que seria a época culminante de tal processo:

Mostramos já, através de uma série de exemplos, que, a partir do século XVI, a fronteira da vergonha e do embaraço começou a estender-se mais rapidamente. [...] O avanço coincidiu com a acelerada transformação da classe alta em classe de cortesãos. Foi a época em que as cadeias de dependência que se cruzavam no indivíduo se tornaram mais densas e longas, em que as pessoas foram se ligando cada vez mais umas às outras e aumentou a compulsão para o autocontrole. Com a dependência mútua, as pessoas passaram a se observar mais, as sensibilidades e as proibições tornaram-se mais diferenciadas e, igualmente, tornaram-se mais sutis e diversificadas as razões para a vergonha e o embaraço provocadas pela conduta de outras pessoas.

Mesmo que esse processo descrito por Elias tenha sido acentuado no século XVI, ele deve ter decorrido gradualmente e de forma diferenciada entre distintos grupos sociais, o que



podia ser visto no comportamento dos viajantes europeus que aportaram no Japão e que ainda comiam com os alimentos apoiados nas mãos. Também convém lembrar que, mesmo no continente europeu, a impraticabilidade do uso de utensílios nas refeições não era algo generalizado. De acordo com Thomaz (1993, p. 63), “Nesse tempo, com efeito usava-se na Europa de colher e faca, mas o garfo começava apenas a divulgar-se [...]”.

Não obstante, é possível constatar que em estratos sociais mais elevados das nações europeias, o uso direto das mãos nas refeições também não era bem visto no século XVI. No primeiro volume da obra sobre o processo civilizador, Elias (1994, p. 68) tem como uma das suas fontes um escrito de Erasmo de Rotterdam, publicado originalmente pouco mais de uma década antes dos mercadores portugueses aportarem na costa do Japão:

De civitate morum puerilium (Da civilidade em crianças), que veio a luz em 1530. Esta obra evidentemente tratava de um tema que estava maduro para discussão. Teve imediatamente uma imensa circulação, passando por sucessivas edições. Ainda durante a vida de Erasmo – isto é, nos primeiros seis anos após a publicação – teve mais de 30 de reedições.

253

Como mencionado por Luiz Feracine (2008, p. 133), o escrito de Erasmo em parte tinha como intenção “[...] corrigir e ordenar atitudes externas e corporais (modo de olhar, falar, andar, vestir-se, etc), [...]”. No período em que ele redigiu o seu escrito, o aperfeiçoamento da instrução, até aquele momento, era prerrogativa dos estratos sociais mais elevados. Todavia, Erasmo teria vislumbrado “[...] a hipótese de um futuro próximo em que todas as crianças, oriundas de qualquer classe ou camada social, seriam agraciadas pelo esmero da aprendizagem de ‘bons modos’” (FERACINE, 2008, p. 133).

Como menciona Feracine (2008, p. 135), Erasmo tinha por intenção, com o seu escrito, “[...] ir ao encontro de todas as crianças, democratizando assim o patrimônio da cultura erudita até então reservada para as classes privilegiadas”. Eventualmente, em um segmento do escrito erasmiano, denotam-se orientações de como se comportar durante as refeições. O teólogo menciona a posição dos talheres na mesa: “O copo fica à direita como também a faca, devidamente asseada, para talhar a carne. O pão à esquerda” (ROTTERDAM, 2008, p. 167). Em outro segmento do texto é feita menção ao uso indevido das mãos: “Há gente que, mal se aproxima da mesa, mete a mão nas travessas. Isso é coisa de lobo ou de quem devora as carnes da panela antes mesmo de serem feitas as libações aos deuses, como diz o provérbio” (ROTTERDAM, 2008, p. 169).

Em consonância com outro segmento do texto, Erasmo de Rotterdam (2008, p. 170) destaca a importância da utilização dos talheres: “Se te for oferecido um pedaço de bolo ou de



torta, pega-o com o talher, coloca-o no prato e devolve o talher. Se for algo de mais mole, recebe para degustar e devolve a colher depois de limpa na toalha de mão”.

Assim, podemos presumir que os mercadores lusitanos que comiam no Japão também teriam o seu comportamento desaprovado pelos estratos sociais mais elevados das nações da Europa do século XVI, que cumpriam várias regras de boas maneiras no momento das refeições. É conveniente recordar que os três comerciantes portugueses que aportaram em uma das ilhas do arquipélago japonês não tinham talheres para comer e tampouco deveriam saber utilizar os denominados *hashis* que eram muito recorrentes na Ásia nesse período, sendo uma “[...] espécie de pinça feita de dois pauzinhos [...] Os *hashi* têm dois modelos: um mais comprido e grosso próprio para a cozinha e outro, mais fina e curta para a mesa” (SOARES; GAUDIOSO, 2013, p. 89).

Acima evidenciamos como Elias discorre sobre o processo de mudança comportamental na Europa. O estudioso limita-se a algumas nações específicas do continente, sem indicar, por exemplo, como o processo se sucedeu na Península Ibérica, especificamente em Portugal. Neste trabalho, abordaremos primordialmente o princípio da relação entre Portugal e Japão. Na continuidade deste artigo, analisaremos segmentos de um escrito que ressalta a visão de um lusitano sobre a sociedade nipônica no século XVI. Em vista disso, buscamos acesso a algumas pesquisas que pudessem propiciar conhecimento relativo ao refinamento dos hábitos ocorridos em Portugal em diferentes séculos.

Ana Lúcia Silva Terra (2000, p. 155) examinou especificamente, em sua dissertação de mestrado, escritos lusitanos relativos à cortesia dos séculos XVII e XVIII. No que concerne às refeições, a autora foi capaz de identificar uma perceptível progressão em determinadas obras em relação aos “aspectos relativos aos modos a observar à mesa [...] Falamos da utilização do guardanapo, da faca, do garfo e da colher”. A análise da autora nos remete às considerações feitas por Elias em seu estudo sobre os livros de boas maneiras. Contudo, Terra (2000) leva em conta particularidades do contexto lusitano, afirmando como no panorama português alguns livros de boas condutas apontavam para uma base de hábitos não restrita a nobiliarquia, sendo que nessas obras “o autocontrole e a apologia de modos e atitudes regradas fundamentavam-se em valores morais. [...] As virtudes sociais são acompanhadas pelas qualidades morais na recusa de vícios como o jogo ou a mentira” (TERRA, 2000, p. 226). A autora reconhece o abarcamento de Ordens Religiosas na elaboração e disseminação de livros de cortesias em Portugal e que, em epítomes educacionais, as normas de refinamento eram seguidas por ensinamentos da doutrina cristã (TERRA, 2000). A pesquisa de Terra (2000) nos possibilitou compreender a



conexão do competente religioso no apuro comportamental em Portugal, no período focado por ela.

No que concerne ao século XVI, período em que se decorreu a relação entre Portugal e Japão, Lúcia Bellini identifica em parte deste período - ainda durante o reinado de D. Manuel I - uma predileção do monarca pela ostentação, tendo ocorrido uma aproximação da aristocracia lusitana fundiária com destino a Lisboa, local em que a corte assentava-se. De igual modo, a autora associa esse processo de convergência na metrópole lusitana “com as demandas associadas às expedições marítimas e à construção do império” (BELLINI, 1999, p. 6). A autora declara que:

[...] embora tenham ocorrido importantes transformações sociais e econômicas em Portugal durante os séculos XV e XVI, com a substituição da agricultura, da pesca e do comércio de vinho e sal pelo comércio colonial, a nobreza continuou a ocupar o lugar mais importante na hierarquia social lusitana, através do seu ingresso na burocracia estatal. Um grande número de camponeses e pescadores também migrou para Lisboa, para se alistar no exército e na frota naval. Havia um pequeno número de artesãos em Portugal (BELLINI, 1999, p. 6).

255

A pesquisadora não detalha especificamente como o processo sociopolítico decorrido em Portugal afetou diretamente o comportamento mundano de diferentes estratos da sociedade lusitana, principalmente no que concerne à alimentação e a outros aspectos, contudo, ela mostra que se tornou mais reconhecível a partir de determinado período, na sociedade lusitana, “um aspecto moderno, urbano, do qual faziam parte a capital, o grande comércio, a vida da corte” (BELLINI, 1999, p. 6). Não é inverossímil considerarmos que, a partir desse processo, se registrou um paulatino desenvolvimento do refinamento de hábitos que teve a sua pungência inicial na aristocracia e que se alastrou nos séculos seguintes para outros estratos sociais. A pesquisa de Ana Lúcia Silva Terra (2000) evidencia uma inclinação ocorrida em Portugal nos séculos XVII e XVIII em relação às convenções de boa conduta, ressaltadas nas obras de etiquetas analisadas por ela, que inicialmente eram restritas a um estrato social.

Ademais, apesar de Elias não trabalhar com a realidade lusa, os conceitos de cortesia, civilidade e civilização a que ele chega a partir da corte francesa do século XVI são mostrados por ele como uma autoconsciência e, portanto, é o Ocidente que, paulatinamente, passa a se considerar civilizado até em oposição aos não-civilizados. Podemos inferir que, em Portugal, numa linha de tempo diferente e atrasada em relação à França, por exemplo, o conceito de civilização estava na base das relações (comerciais e de submissão) que foram estabelecidas no Oriente e na América Portuguesa.



Retomando as ideias do sociólogo, em uma das partes do primeiro volume da sua obra sobre o processo civilizador, Elias (1994) faz outras observações em consonância com o que vimos discutindo. Por conseguinte, menciona como outro povo da Ásia (os chineses) enxergava os hábitos dos europeus ao realizarem as suas refeições:

Não podemos evitar comparar a direção dessa curva de civilização com o costume há muito praticado na China. Neste país, como se sabe, a faca desapareceu há muitos séculos como utensílio de mesa. Para muitos chineses, é inteiramente incivil a maneira como os europeus comem. “Os europeus são bárbaros”, dizem eles, “eles comem com espadas”. Podemos supor que este costume está ligado ao fato de que desde há muito tempo a classe alta, que criava os modelos na China, não foi guerreira, mas uma classe pacífica em altíssimo grau, uma sociedade de funcionários públicos eruditos (ELIAS, 1994, p. 132).

Mediante o exposto, os chineses não aprovavam o uso da faca sobre a mesa, por ser considerada uma arma. Atualmente, em alguns países do mundo, a faca continua sendo um utensílio utilizado nas refeições. Nos países asiáticos, os hashis - como a faca em outras nações - são utensílios usados nas refeições. É comum no Ocidente, em restaurantes de comida asiática, fornecerem para os clientes, além dos talheres, os hashis. Ademais, o que nos países ocidentais pode ser visto como um utensílio curioso da culinária asiática, no Japão e na China, ou em outros países de origem asiática, o hashi é um instrumento que faz parte do cotidiano das pessoas. Soares e Gaudioso (2013, p. 89-90) relatam sobre a recorrência dos hashis para os japoneses:

256

Outras pessoas mais velhas dizem que sentem mais o sabor das comidas quando comem com os hashi, sendo que só com garfo e faca não se sentem à vontade, não sentem que estão comendo direito, de modo que, à moda japonesa, tem pessoas que levam seu próprio hashi quando vão a algum lugar. [...] Entre os japoneses que vêm para o Brasil atualmente, também se comenta a falta de hashi na mesa. Como falou o professor H. S., 65 anos, professor voluntário do Japão que ficou trabalhando em Porto Alegre durante nove meses: “Pois, aqui se come só com garfo e faca. Não tem hashi nos restaurantes. É esquisito. Como é que os brasileiros sentem que fizeram a refeição se não usa o hashi?” Esse professor, em suas viagens, leva consigo um estojo de pauzinhos desmontáveis e usa-os naturalmente sem se preocupar com sua atitude.

De fato, os hashis continuam, na contemporaneidade, sendo importantes para os japoneses em suas refeições. Indubitavelmente, a sua utilização por milênios revela um processo de refinamento no comportamento do ser humano.

O trabalho de Elias evidencia, como visto acima, a objeção que os chineses faziam em relação ao uso das facas nas refeições, pois os estratos mais elevados de tal sociedade não eram constituídos por um grupo belicoso. Contudo, os combatentes (samurais) causaram, por séculos, grande impacto no Japão, tornando-se indispensáveis em tal sociedade. No século XVI, o

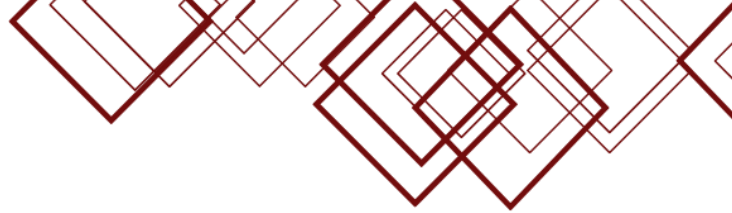


missionário jesuíta Francisco Xavier (2006), que esteve no Japão entre 1549 e 1551, relata, em uma das suas cartas, como os nipônicos apreciavam as armas brancas: “Prezam muito as armas. Têm-nas em muito grande estima e de nenhuma coisa tanto se prezam como de ter boas armas, muito bem guarnecidas de ouro e prata. Continuamente trazem espadas e punhais, em casa e fora de casa: mesmo quando dormem as têm à cabeceira” (XAVIER, 2006, p. 552). Em vista disso, torna-se importante considerar que, de alguma forma, tal característica descrita por Xavier em relação aos japoneses, nesse período, revelaram algo sobre o contexto social do Japão, em que a utilização das armas em público não era vista com estranheza pelas pessoas que viviam naquela sociedade, sendo uma possível influência dos samurais à sociedade nipônica. Ademais, vejamos como Elias (1994, p. 129-130) aborda o uso indiscriminado das facas na Europa durante o período medieval:

Na Idade Média, com sua classe dominante de guerreiros e a constante disposição para luta, e em conformidade com o estágio de controle de emoções e face aos regulamentos relativamente tolerantes impostos às compulsões, são muito poucas as proibições relativas às facas. “Não limpe os dentes com a faca” é uma exigência constante, mas é a principal proibição e não aponta para futuras restrições ao utensílio. Além do mais, a faca é, de longe, o utensílio mais importante à mesa. Que seja levada à boca é algo que aceita como natural.

257

A partir da passagem evidenciada acima, da carta de Francisco Xavier, é possível compreender que, de forma semelhante ao ocorrido nas nações europeias no período medieval, no Japão, não censuravam, no decorrer do século XVI, o manuseio das armas cortantes. Logo, a sociedade nipônica tinha em sua configuração uma classe guerreira com grande influência, em que a utilização das espadas era algo normativo. Para estimarmos a importância das armas brancas no Japão, podemos considerar a prática do autocídio dos samurais, denominada *Seppuku*, em que a morte se efetuava por meio de um diminuto instrumento cortante. Peter Burke (2019), em sua célebre obra *Hibridismo cultural*, discorre, a partir do livro de Noel Perrin (1979), como os instrumentos bélicos que utilizavam pólvora, inseridos no Japão no século XVI, sofreram um processo de recusa no século seguinte, pois os guerreiros nipônicos, que detinham autoridade governamental, enxergaram tais ferramentas bélicas inconciliáveis em relação à índole moral deles.



Outras considerações sobre a visão lusitana a respeito da sociedade japonesa no século XVI

Anteriormente descrevemos a visão presente em um escrito nipônico sobre europeus que aportaram no Japão, próximo à metade do século XVI. Acreditamos ser relevante expor também a visão que os europeus tinham, no mesmo período, sobre a sociedade japonesa. Numa carta escrita em 1548, o missionário Francisco Xavier (2006, p. 317) trata de um comerciante lusitano, com quem conviveu e que lhe redigiu um escrito sobre o Japão e o seu povo. O missionário tinha acabado de descobrir a existência do território japonês:

A um mercador português amigo meu, que esteve muitos dias na terra de Angirô, roguei-lhe que me desse, por escrito, alguma informação daquela terra e da gente dela: do que havia visto e ouvido a pessoas que lhes parecia que falavam verdade. Ele me deu esta informação tão miúda, por escrito, que vos envio com esta carta minha. Todos os mercadores portugueses, que vêm do Japão, me dizem que, se eu lá fosse, faria muito serviço a Deus Nosso Senhor. Mais que com os gentios da Índia, por ser gente de muita razão.

De acordo com Sales Baptista (2006), o nome do mercador lusitano era Jorge Álvares. Há várias versões disponíveis sobre o relato de Álvares. Utilizaremos a versão presente no volume 137 da *Monumeta Historica Societatis Iesu*, intitulada de “Documentos Del-Japon 1547-1557”, a qual foi editada por Juan Ruiz-de-Medina (1990). Não pretendemos apresentar integralmente⁴ o escrito de Jorge Álvares, pois temos por intenção analisar a parte do texto do comerciante e explorador lusitano que julgamos ser pertinente a esta discussão, principalmente trechos em que aparecem os traços comportamentais dos japoneses.

258

Destacamos, portanto, um segmento do escrito de Jorge Álvares em que ele aponta algumas características dos nipônicos:

Hé gente pouquo cubiçosa he muito maviosa. Se is à sua terra, os mais onrados vos convidão que vades comer he dormir com elles. Parece que vos querem meter na alma. São mui desejosos de saber de nossas terras e de outras cousas, se as souberem perguntar. Não hé gente ciosa. Hé seu custume estar sentados em casa co’as pernas cruzadas. Hé gente que quer que lhes façais outro tanto quando vão aos nosos navios. Querem que lhes deis de comer he beber, e lhes mostreis quanto elles querem ver, e lhes façais gasalhado (In: MEDINA, 1990, p. 11).

Álvares menciona que os japoneses manifestavam cordialidade e esperavam receber tratamento semelhante ao proporcionado aos visitantes europeus. Ocasionalmente, podemos

⁴ Já temos familiaridade com o escrito de Jorge Álvares, pois, abordamos tal texto num estudo realizado para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá (UEM) no ano de 2019, em que enfocamos o início da propagação cristã no Japão. No entanto, neste artigo, temos por intenção examinarmos o texto do mercador, de acordo com os conceitos de Nobert Elias.



nos perguntar: caso os europeus tivessem aportado no Japão nos séculos anteriores, seriam bem tratados pelos japoneses, ou ainda, o que tal aspecto comportamental dos nipônicos, descrito por Álvares, revelava sobre as comunidades que integravam o arquipélago japonês? No seu livro *A Sociedade dos Indivíduos*, Elias (1993a, p. 21) mostra que:

A «sociedade» – como toda a gente sabe – somos nós todos em conjunto, são muitos seres humanos juntos. Todavia, muitos homens juntos formam na Índia ou na China um outro tipo de sociedade do que na América ou em Inglaterra; a sociedade formada por muitos seres humanos singulares na Europa do século XII era diferente da do século XVI ou do século XX.

Mesmo sendo possível apontar semelhanças do Japão com outras nações do mundo, é evidente que a sociedade nipônica, seja no século XVI ou na contemporaneidade, é distinta dos outros povos. Torna-se necessário considerar porque um nipônico no século XVI ofereceria sua habitação e alimentos para viajantes europeus e o que existia por detrás desse ato cordial. Partindo das ideias de Norbert Elias, podemos considerar que tal manifestação de amabilidade não era fruto unicamente de uma decisão individual. Na concepção de Elias (1993a, p. 39), “Uma das bases elementares da existência humana é a coexistência simultânea de vários seres humanos relacionados entre eles”. O sociólogo enuncia como, desde a infância, a interação com outras pessoas influencia na constituição de um indivíduo:

Os seres humanos singulares ao nascerem podem ser muito diferentes no que diz respeito à constituição natural, mas só em sociedade é que a criança com as suas funções psíquicas moldáveis e relativamente indiferenciadas se torna um ser diferenciado. Só em e por relação com outros seres humanos é que a criatura desamparada e selvagem, tal como o homem vem para o mundo, se torna uma pessoa psicologicamente adulta com o carácter de um indivíduo e que merece o nome de um ser adulto. Se estiver isolado de tais relacionamentos tornar-se-á, no melhor dos casos, um ser antropomorfo semi-selvagem. Mesmo que se torne fisicamente adulto, nos seus hábitos psíquicos permanecerá semelhante a uma criança. Só ao crescer num colectivo humano é que o pequeno ser humano aprende a falar articuladamente. Só na companhia de outros seres, de pessoas mais velhas é que nele se vai lentamente criando um certo tipo de visão a longo prazo e de regulação dos impulsos. E é da história, da estrutura do colectivo humano em que cresce e finalmente da sua evolução e do seu estatuto dentro do mesmo colectivo que dependerão a língua, o esquema da regulação dos impulsos e o tipo de hábitos de adulto que nele se formarão (ELIAS, 1993a, p. 39-40).

Por certo, o processo descrito pelo autor torna-se dissemelhante, dependendo do grau de complexidade da sociedade em questão. As distinções “[...] entre os percursos dos seres humanos singulares, entre os pontos e as funções de relação pelas quais passam durante as suas vidas em colectivos humanos mais simples, são menos acentuadas que em sociedades muito diferenciadas” (ELIAS, 1993a, p. 40). A sociedade japonesa no século XVI, evidentemente, não era tão complexa como na contemporaneidade, contudo, era um povo que havia passado



por uma formação social no decorrer dos séculos. A cortesia demonstrada aos europeus possivelmente era um padrão normativo para os japoneses que conviviam entre si.

Na passagem do escrito de Álvares, além de ser mencionada a cordialidade dos nipônicos, também é relatado outro hábito dos japoneses: “Hé seu costume estar sentados em casa co’as pernas cruzadas” (In: MEDINA, 1990, p. 11). De acordo com Medina, havia aparentemente uma diferenciação na forma como as pessoas se assentavam no Japão, variando de acordo com o sexo e as situações em que as pessoas estavam inseridas, sendo corriqueiro que as pessoas do sexo masculino se assentassem da forma como Álvares se refere em seu relato. Por sua vez, as mulheres adotavam outra posição para se assentar. Nos momentos de repouso ou quando estavam afastados dos seus lares, os habitantes dos lugarejos e os indivíduos que exerciam algum tipo de ofício também mantinham posição diferenciada quando se abaixavam (MEDINA, 1990). Tal comportamento dos nipônicos revelava, como exposto por Norbert Elias, certo refinamento e controle dos impulsos.

A formalidade dos hábitos cotidianos pode revelar um processo abrangente. Observamos a análise que Norbert Elias (2001, p. 133) faz em seu livro *A Sociedade de Corte*, na qual aborda a corte de Luís XIV e demonstra que o monarca, no período da modernidade, “[...] considerava a etiqueta como um instrumento de dominação, o fim da dominação acabava sendo ele mesmo sua existência, sua glória, sua honra. A manifestação visível dessa integração total da dominação à pessoa do rei, com sua elevação e distinção, é a etiqueta”. De certo, naquele contexto,

260

A prática da etiqueta consiste, em outras palavras, numa autoapresentação da sociedade de corte. Através dela, cada indivíduo, e antes de todos o rei, tem o seu prestígio e a sua posição de poder relativa confirmados pelos outros. A opinião social que forja o prestígio dos indivíduos se expressa através do comportamento de cada um em relação ao outro, dentro de um desempenho conjunto que segue determinadas regras (ELIAS, 2001, p. 117).

Analogamente, o Japão, no decorrer da sua história, teria em sua sociedade a formação de uma classe aristocrática, portadora de boas maneiras. De acordo com Carneiro (2013, p. 75), nobres japoneses no século XVI “[...] valorizavam o uso da pompa, dos ritos de etiqueta e demonstração de refinamento, inclusive na aparência”. No contexto japonês, a modelagem comportamental tem ligação profunda com a religiosidade. Norbert Elias e John Scotson (2000, p. 31) mencionam, brevemente, em *Estabelecidos e Outsiders*, que o processo civilizador teria se manifestado na nação asiática “[...] pelo desenvolvimento do ensino xintoísta e budista [...]”. No Japão, “As regras da vida monástica como praticadas pelos monges *Zen* passaram a ser o



modelo da vida comum, e os princípios do *Zen* passaram a ser aplicados às artes como a dança, a esgrima, o arco e flecha” (CARNEIRO, 2013, p. 46).

A seita Zen é uma das muitas vertentes da religião budista que foram introduzidas no Japão pelo contato com outras nações asiáticas. O formalismo demonstrado pelos japoneses, até mesmo para se sentar, em pleno século XVI, possivelmente fazia parte do refinamento dos hábitos que mantinham relação com as tradições religiosas que passaram a ser preponderantes no Japão e que foram difundidas por múltiplos monges de diferentes vertentes religiosas.

Em outro segmento do escrito de Jorge Álvares, declara-se como os japoneses faziam as suas refeições:

Comem no chão como mouros, e com paos como chins. Quada pessoa come em sua gamela pintada, e bacios de procellena e bacios de pão, pintados de fora com preto, de dentro com vermelho, onde têm os seus manjares. Bebem no verão águoa de cevada quente, e no inverno águoa de humas ervas, as quais não soube que ervas erão. Não bebem nenhuma águoa fria em verano nem no inverno (In: MEDINA, 1990, p. 12-13).

O explorador lusitano faz menção aos hashis que também eram utilizados na China. Os japoneses comiam no solo, o que lembrava, ao português, um hábito dos mouros. Similarmente, são mencionados os utensílios específicos - alguns de porcelana - utilizados nas refeições pelos japoneses, o que acabava revelando certo primor. Acima, o lusitano também alude sobre o consumo de chá dos nipônicos⁵, não sendo muito descritivo ao discorrer sobre tal hábito, mas é outro costume que demonstra a formalidade dos estratos da sociedade japonesa do século XVI. José Yamashiro (1986, p. 120) comenta como se originou o hábito de consumir chá no Japão e como isso se tornou um rito solene da aristocracia nipônica:

Originariamente praticado entre o povo comum, o hábito de tomar chá com amigos se eleva à condição de arte quando é adotado pela aristocracia, clero e samurais de casta elevada. O chá, originário da China, trazido pelo monge Yôsai, da seita Zen, é usado no começo como erva medicinal. No século XIV se torna hábito, entre os pobres, oferecer uma festa para tomar chá em taças simples. Esse costume, aos poucos, se introduz nas elites. [...] E o simples hábito de tomar chá (cha-no-yu). Consiste em um anfitrião apreciar chá com seus convidados, tranquilamente, numa pequena sala especialmente arranjada para esse fim, de preferência num canto de jardim arborizado (p. 120).

Na obra temática *O Japão Dicionário e Civilização*, Louis Frédéric (2008) descreve as múltiplas partes que envolvem o rito cerimonioso de tomar chá no Japão. Em tal formalidade, há um rigor de detalhes impressionantes que nos remetem a eventos pomposos da aristocracia

⁵ De acordo com Medina (1990) a bebida a qual Álvares alude seria um chá consumido no Japão, denominado de Mugicha.



européia que também possuía muitas normas. Originaram-se no Japão escolas para ensinar como realizar tal cerimônia. Também no livro *História cultural do Japão – Uma Perspectiva* é apresentado como, nos séculos XIV e XVI,

[...] os chefes, guerreiros e comerciantes ricos, quando reuniam-se para discussões políticas e comerciais, frequentemente aproveitavam a oportunidade para servir chá. Era considerado um prazer refinado sentar-se comodamente em uma tranquila sala de chá longe das preocupações da vida externa, e ouvir o som da água fervendo no fogão (TAZAWA; MATSUBARA; OKUDA; NAGAHATA, 1980, p. 74).

Assim, independentemente de como os europeus enxergavam os nipônicos no século XVI, estratos da sociedade japonesa tinham ritos que demonstravam claro processo de refinamento comportamental. É preciso, no entanto, reconhecer que nossas fontes não permitem concluir o que os japoneses do século XVI consideravam efetivamente refinamento dos comportamentos. O que fizemos aqui é inferir, mesmo correndo o risco de parcialidades, que o refinamento ocorre no sentido eliasiano da mudança do comportamento do homem guerreiro para o homem cortesão, o que, basicamente, significa uma introjeção de atitudes públicas e um controle maior das emoções.

Como nos propusemos a analisar a sociedade japonesa no século XVI a partir das ideias desenvolvidas nas obras de Norbert Elias, buscamos outro aspecto interessante sobre o Japão a partir da visão teórica do sociólogo alemão. No segundo volume de *O Processo Civilizador*, Elias menciona os traços importantes da pacificação de uma classe belicosa:

262

Ao estudar a sociogênese da corte, encontramos-nos no centro de uma transformação civilizadora especialmente pronunciada e que é condição indispensável para todos os subsequentes arrancos e recuos do processo civilizador. Vemos como, passo a passo, a nobreza belicosa é substituída por uma nobreza domada, com emoções abrandadas, uma nobreza de corte. Não só no processo civilizador ocidental, mas tanto quando podemos compreender, em todos os grandes processos civilizadores, uma das transições mais decisivas é a de *guerreiros para cortesãos*. Dispensa dizer que há estágios e graus ou mais diversos dessa transição, dessa pacificação interna da sociedade. No Ocidente, a transformação dos guerreiros iniciou-se e prosseguiu com grande lentidão no século XI ou XII até que, devagar, chegou à sua conclusão nos séculos XVII e XVIII (ELIAS, 1993b, p. 216-217).

No que se refere à sociedade japonesa do século XVI, ela não estava pacificada internamente. A violência era um traço da sociedade japonesa, com a existência de conflitos belicosos e com uma classe guerreira (dos samurais) detentora de poder para agir. Essa foi a fase final do Sengoku Jidai, época na qual os senhores de terras japonesas “expandem seus territórios, lutando ferozmente e lutam crescendo, quando não perecem ou não perdem seu



território. A regra geral é perder a vida e o domínio territorial, quando derrotado” (YAMASHIRO, 1993, p. 143).

Ainda no século XVI, iniciou-se no Japão um processo gradual de convergência governamental que se consolidou no século XVII. Henshall (2018, p. 87) mostra como o Japão entra, posteriormente, num período,

[...] de estabilidade e de paz e até sem qualquer ameaça estrangeira real, os guerreiros passaram a ser supérfluos. Havia umas quantas revoltas de camponeses para dominar, a honra dos seus senhores para defender e algum policiamento a fazer, mas havia pouco trabalho para os verdadeiros guerreiros. Em vez disso, tornaram-se burocratas e administradores. As suas guerras passaram a ser meras guerras de papel.

A forma como o autor discorre sobre os samurais japoneses está em consonância com o que Elias explana em suas obras. Assim como na Europa, em que os combatentes foram gradualmente perdendo poder de agir violentamente, é possível observar que algo semelhante se sucedeu com os guerreiros nipônicos. Pelo que é mencionado por José Yamashiro (1993), apenas no século XIX ocorreu a extinção dos samurais como grupo social no Japão. Tal ocorrência se fez por meio de ações que alteraram a estrutura sociopolítica da nação asiática na Época de Meiji. Contudo, “[...] não morre o espírito samurai ou aquilo que talvez possamos chamar de *samuraísmo*. E esse espírito é exaltado de modo extraordinário nos momentos de crise nacional [...]” (YAMASHIRO, 1993, p. 226). De acordo com o autor brasileiro,

263

Alguns analistas afirmam haver se registrado distorção do tradicional e autêntico espírito samurai, distorção essa que teria levado as forças armadas japonesas a guerras de expansão imperialista, nas quais se praticaram atrocidades condenáveis, não condizentes com *bushidô*. Várias causas são apontadas para essa mudança, uma delas a que se relaciona com a própria modernização de métodos de guerra (YAMASHIRO, 1993, p. 227).

Elias (1993a, p. 103), em *A Sociedade dos Indivíduos*, aponta como

[...] as ideologias de índole nacionalista e a convicção comum do alto valor, da grandiosidade e da superioridade da própria tradição nacional, que de forma explícita ou implícita se alia a elas, contribuem por um lado para fortalecer a união dos que pertencem a um Estado e de juntarem as suas forças quando o perigo se anuncia; por outro lado contribuem ao mesmo tempo para atizar a fogueira das contraposições e dos conflitos entre nações e para manter vivos ou mesmo para aumentar os perigos dos quais as nações se tentam proteger com a sua ajuda.

Em suma, o que se decorreu politicamente com o Japão entre os séculos XIX e XX, possivelmente fez parte do processo de ideologização nacional, descrito por Elias, que, no contexto japonês, especificamente, pode ter tido relação com a permanência da cultura samurai descrita por Yamashiro (1993).



CONCLUSÃO

Neste ensaio, buscamos analisar a sociedade japonesa do século XVI, quando os europeus passaram a ter contato com aquele povo. Seguramente, Elias, sendo um intelectual com amplo cabedal, não desconhecia a história do Japão, tanto que em sua obra *Os Estabelecidos e os Outsiders*, a discriminação sofrida pelos barakumin, no Japão, foi retratada de forma veemente. Por conseguinte, a partir da teoria eliasiana, enunciamos o contato dos padres jesuítas com os japoneses no século XVI.

Mediante o exposto, concluímos que a nação nipônica, marcada no século XVI pelas oscilações próprias da época, era habitada por pessoas que impressionavam os visitantes europeus, especialmente pelos seus hábitos e cortesia. No entanto, nessa época, o povo japonês era detentor de uma forte tradição guerreira e um panorama belicoso que levou séculos para se dissipar completamente.

Buscamos evidenciar que alguns dos escritos documentais a que tivemos acesso, como o informe feito pelo mercador Jorge Álvares, apresentavam olhar superficial e primário em relação aos nipônicos. Posteriormente, com a presença de outros europeus no Japão, entre os séculos XVI e XVII, alguns personagens – especialmente os religiosos cristãos - abordaram mais profundamente os aspectos da civilização japonesa. Na concepção de Charles Boxer (2007, p. 75), “O melhor e mais perspicaz relato jesuítico sobre o Japão foi escrito pelo padre português João Rodrigues (c. 1561-1633), apelidado de Tçuzzu, ou ‘interprete’, devido ao seu excepcional domínio do japonês”. Em vista disso, ressaltamos a existência de diferentes fontes documentais redigidas pelos clérigos europeus sobre o Japão, que podem ser aprofundadas a partir das ideias de Elias.

Evidentemente, torna-se interessante a busca por obras que versam sobre as diferentes visões que os japoneses adquiriram a respeito do padrão comportamental dos múltiplos europeus que passaram a visitar suas terras a partir do século XVI e de que forma tal contato afetou a percepção dos nipônicos em relação à sua própria conduta. Por conseguinte, passamos a conjecturar sobre as problemáticas desenvolvidas no período das grandes navegações, quando foram estabelecidas aproximações da cultura ocidental com outras culturas. Além disso, somos levados a refletir se a interação dos europeus com distintos povos no século XVI, os quais, detentores de elevada polidez, poderiam ter influenciado, de alguma forma, o próprio processo civilizatório ocidental. Com efeito, não se torna inverossímil formular tal hipótese. Acreditamos



que alguns hábitos comportamentais recorrentes de outras civilizações, fora da Europa, podem ter sido reproduzidos pelos ocidentais. Parece-nos claro, porém, que se trata de uma suposição complexa que requer amplo estudo, levando-se em consideração a imposição cultural que Portugal exerceu direta e indiretamente em outras populações. Há diferentes formas de enxergar tal processo. Roger Lee Pessoa de Jesus (2010, p. 191), em um artigo estruturado a partir de alguns conceitos de Elias, fala sobre a visão lusitana em relação à Pérsia, afirmando na sentença final do seu texto acadêmico que:

sem dúvida os portugueses de quinhentos deram novos mundos ao mundo, e procuraram ultrapassar as barreiras culturais existentes, consolidando as relações entre os povos. No fundo, Portugal levou consigo a civilidade europeia, e contribuiu para o processo civilizacional (nos moldes em que Norbert Elias o definiu) no Oriente, sobrepondo-o àquele que já aí existiria.

O autor parte do pressuposto de que a nação lusitana, no decorrer do seu processo de expansão, acabou apresentando a outras nações as maneiras comportamentais recorrentes na Europa. Contudo, não é inconcebível acreditar que os portugueses tenham se apropriado de atributos de outros povos. Se pensarmos no relatório elaborado por Jorge Álvares, não seria surpreendente presumir que o mercador lusitano, a partir do contato com a civilização japonesa, tenha mudado, mesmo que inconscientemente, a sua visão em relação às convenções existentes em sua terra natal.

265

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, José Alberto. Ideias (Visões) de Idade Média no Cinema. *Revista Aedos*. v. 2, n. 2, p. 128-141, 2009. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/9835>>. Acesso em: 20/09/2022.

BAPTISTA S.J, Francisco de Sales. *Obras Completas*. São Paulo: Edições Loyola; Braga: Editorial A. O. 2006.

BELLINI, Lígia. Notas sobre cultura, política e sociedade no mundo português do século XVI. *Tempo*, v. 4, n. 7, p. 143-167, 1999. <https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg7-7.pdf>. Acesso em: 19/09/2022.

BOXER, Charles Ralph. *A igreja militante e a expansão ibérica (1440-1770)*. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

BURKE, Peter. *Hibridismo cultural*. São Leopoldo. RS: Editora Unisinos, 2019.



CARNEIRO, Mario Scigliano. *A adaptação jesuítica no Japão do final do século XVI: entre a história de Fróis e o cerimonial de Valignano*. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Dom Quixote, 1993a.

_____. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1993b.

_____. *O Processo Civilizador: Uma História dos Costumes*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

_____; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERACINE, Luiz. *Apresentação*. IN: ROTTERDAM, Erasmo de. *De Pueris (Dos Meninos) - A civilidade pueril*. São Paulo: Escala, 2008, p. 133-134.

FERACINE, Luiz. *Introdução á filosofia da educação em: A civilidade pueril e em de Pueris*. IN: ROTTERDAM, Erasmo de. *A civilidade pueril*. São Paulo: Escala, 2008, p. 135-142.

266

FRÉDÉRIC, Louis. *Japão, o Dicionário e Civilização*. São Paulo: Globo Livros, 2008.

HENSHALL, Kenneth G. *História do Japão*. Lisboa: Edições 70, 2018.

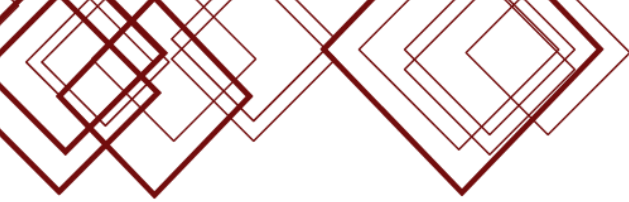
JANEIRA, Armando Martins. *O impacto português sobre a civilização japonesa: seguido de um epílogo sobre as relações entre Portugal e o Japão do século XVII aos nossos dias*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.

JESUS, Roger Lee Pessoa de. *A civilidade na Pérsia aos olhos dos portugueses de Quinhentos*. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, v. 10, n. 1, p. 169-193, 2010. Disponível em: <<https://eg.uc.pt/handle/10316/86935>>. Acesso em: 27/05/2022.

MEDINA S.J., Ruiz de (ed). *Documentos de Japón 1547-1557*. Roma: Institutum Historicum Societatis Iesu, 1990.

ROTTERDAM, Erasmo de. *De Pueris (Dos Meninos) - A civilidade pueril*. São Paulo: Escala, 2008.

SOARES, André Luis Ramos; GAUDIOSO, Tomoko Kimura. *Entre o Sushi e o Churrasco: gastronomia, culinária e identidade étnica entre imigrantes japoneses*. *Revista Habitus-Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 11, n. 1, p. 77-94, 2013. Disponível em: <<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2850>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2021.



TAZAWA, Yutaka; MATSUBARA, Saburo; OKUDA, Shunsuke; NAGAHATA, Yasunori. *História cultural do Japão: uma perspectiva*. São Paulo: Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão, 1980.

TERRA, Ana Lúcia da Silva. *Cortesia e Mundanidade. Manuais de Civilidade em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. 2000. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

THOMAZ, Luiz Filipe. Nanbanjin. *Os portugueses no Japão*. Lisboa: CTT Correios, 1993.

XAVIER, São Francisco. *Obras Completas*. Tradução e organização de Francisco de Sales Baptista S.J. São Paulo: Edições Loyola; Braga: Editorial A. O. 2006.

YAMASHIRO, José. *História da cultura japonesa*. São Paulo: Ibrasa, 1986.

_____. *Choque luso no Japão dos séculos XVI e XVII*. São Paulo: Ibrasa, 1989.

_____. *História dos Samurais*. São Paulo: Ibrasa, 1993.